

Alexandre Black de Albuquerque |

O novo Nordeste: a Sudene na imprensa escrita no período 1964-1978

RESUMO

Este artigo tem como finalidade contribuir para um maior conhecimento acerca da relação da imprensa com a Sudene durante o regime militar. Criada para promover o desenvolvimento da Região Nordeste, a Sudene assumiu papel de destaque na imprensa escrita brasileira por muitos anos, sobretudo durante a ditadura militar, quando surgiu o termo “novo Nordeste” nas páginas desses órgãos de comunicação, que supostamente se tornaria realidade com a atuação da autarquia. Dessa forma, jornais e revistas, tanto do Nordeste quanto do Sudeste, desempenharam papel relevante na formação de uma imagem positiva da Sudene perante a população nos primeiros anos da ditadura. Porém, com o passar dos anos, críticas surgiram e revelariam a frustração da sociedade e dos meios de comunicação com os rumos que a autarquia estava tomando.

Palavras-chave

Sudene, imprensa, desenvolvimento.

ABSTRACT

This article aims to increase our understanding of the relationship between the press and Sudene during the period of military dictatorship in Brazil. Sudene was an agency set up to encourage development in Brazil's Northeast region, and it was front-page news in Brazil's written press for a number of years, above all during the years of military dictatorship, when the phrase “New Northeast” was first coined by these same media vehicles, who assumed that this would indeed become a reality as a result of the activities of this autarchy. Newspapers and magazines, both in the Northeast and in the Southeast of the country thus played a significant role in portraying a positive image of Sudene in the eyes of the population during the first years of dictatorship. However, as the years passed, criticism of the agency began to mount and show a degree of frustration within society and among the media with regard to the direction being taken by it.

Keywords

Sudene, the press, development.

Introdução

Este trabalho tem o objetivo de apresentar, a partir da ótica da imprensa escrita, o papel desempenhado pela Sudene na formulação e na coordenação de programas capazes de levar o desenvolvimento à Região Nordeste, entre 1964 e 1978. Abrange, portanto, o período que se estende do golpe militar (1964) – responsável por profundas mudanças na estrutura e nas prioridades da Sudene – ao final da década de 1970, que marca o fim do Ato Institucional nº 5 – AI-5. Para tal, foram pesquisados quatro órgãos da imprensa escrita – *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Commercio*, *Diário de Pernambuco* e *Veja* –, escolhidos pela representatividade em âmbito nacional e/ou regional. Entendemos que o período analisado impõe dificuldades ao pesquisador por se tratar de uma ditadura que, mesmo antes da promulgação do AI-5, já reprimia a liberdade de expressão, dificultando o trabalho da imprensa, embora não eliminando de todo seu trabalho de fiscalizadora do governo.

O desenvolvimento do sistema econômico brasileiro nas décadas de 1950, 1960 e 1970 relegou ao Nordeste o papel de periferia, de fornecedor de bens primários e intermediários para a indústria do Sudeste. Até os anos 1950, quase não se deu importância ao desenvolvimento regional. O Brasil estava se industrializando; não importava em que região, acreditava-se que, inevitavelmente, este processo se estenderia a outras áreas do país. O tempo, no entanto, iria demonstrar que o desenvolvimento que estava ocorrendo no Sudeste irradiava precariamente para o Nordeste, chegando mesmo a prejudicar a incipiente indústria local. As pressões sociais se avolumavam, surgiam movimentos sociais protagonizados por emergentes sindicatos rurais, e as classes médias exigiam políticas de desenvolvimento. O governo federal não poderia ficar indiferente a essa situação; assim, em 1956, foi criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, que daria origem à Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – Sudene e solidificaria a existência da Região Nordeste, numa construção que tem início no final do século XIX. De acordo com Albuquerque Júnior (2009, p. 112), “[...] o Nordeste é uma invenção recente na história brasileira, não podendo ser tomado como objeto de estudo fora dessa historicidade, sob pena de se cometer anacronismo e reduzi-lo a um simples recorte geográfico naturalizado”. É nesse sentido que surgiu, aos olhos da nação, uma região baluarte das últimas tradições destruídas em outros lugares do país pela modernidade. Ao mesmo tempo, e talvez por esse motivo, surgiu também a *região-problema*, pobre e

merecedora de um tratamento diferenciado do Estado nacional, terra da seca, dos retirantes, incapaz de se erguer sozinha. Foi assim que a região chegou aos anos 1960, primeira década de atuação da Sudene, e, se ainda havia controvérsias sobre o que deveria ser o Nordeste, este órgão acabou de vez com a dúvida ao delimitar sua área de ação, que compreendia a totalidade dos nove estados nordestinos – Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia e Pernambuco, e o extremo norte de Minas Gerais – um pouco diferente, é verdade, da área que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE estabeleceria como sendo parte da região, mas suficientemente próxima para demarcar definitivamente o contexto regional.

Nesse Nordeste, para muitos seriam as secas periódicas que atingem a região o grande problema. Celso Furtado, articulador e primeiro superintendente da Sudene, considerava essa visão equivocada. Em sua análise, o subdesenvolvimento nordestino não seria consequência da “questão hidráulica”, e sim da formação histórico-estrutural da região. Argumentava que sem uma mudança estrutural da economia regional, através, sobretudo, da industrialização, bem como das transformações qualitativas no setor agrícola que distribuísem renda e aumentassem a produtividade, o Nordeste não entraria em rota de desenvolvimento. Em sua visão,

o desenvolvimento, em tese, constitui sempre um processo multiforme, de progressiva diferenciação e complementaridade entre as partes de um sistema econômico. Daí que uma política de desenvolvimento tenha que olhar simultaneamente em múltiplas direções, sem contudo perder a unidade de propósito. [FURTADO, 2009, p. 175]

Logo, o problema do Nordeste era eminentemente político, pois esse processo sistêmico do desenvolvimento só seria possível através da decisiva ação do Estado, e a região havia perdido a capacidade de influir nos centros de decisões do país (FURTADO, 2009). Além disso, segundo Diniz (2009, p. 239), Furtado

enfatizava a importância do progresso técnico e as dificuldades para a sua geração e assimilação nas regiões subdesenvolvidas. Por essa razão, no diagnóstico e nas ações propostas, estava explícita a ideia de criação de centros endógenos de decisão e de industrialização. Ou seja, de uma industrialização autônoma e de fortalecimento da burguesia regional. Além de sua forte crença na industrialização, o argumento era reforçado pelos problemas climáticos e pelas limitações de terras agricultáveis, pelo menos com os padrões tecnológicos da época. Embora sua proposta contivesse duas grandes diretrizes para a transformação do setor agropecuário na faixa úmida e no semiárido, Furtado propunha uma saída para o excedente de trabalho por meio do deslocamento da população para uma nova fronteira agrícola no estado do Maranhão.

Para Furtado, a atuação da Sudene de acordo com essas ideias seria fundamental para promover o desenvolvimento da região nordestina e integrá-la na corrente do desenvolvimento regional.

A Sudene e o novo Nordeste na imprensa

Criada em 15 de dezembro de 1959 pela Lei nº 3.692, e tendo à frente o economista Celso Furtado, a Sudene tinha como objetivo formular e coordenar o desenvolvimento da região, e utilizaria para tanto incentivos fiscais, estudos detalhados da área e ampla coordenação de investimentos, tendo como foco principal a industrialização e a modernização da agricultura.

O golpe de 1964 marcaria profundas mudanças no papel que a Sudene desempenharia no Nordeste. Logo de início, o governo militar contestaria a eficiência da “antiga Sudene”, sob a administração de Celso Furtado, afastando-o imediatamente do comando e expulsando os “comunistas” que supostamente infestavam o órgão. De acordo com Lyra (2007) “[...] os militares [...] desencadearam um processo violento contra seus servidores mais qualificados, considerados subversivos”, e com essas medidas conseguiram desligar seus técnicos mais capacitados, em geral conhecedores da realidade regional e da própria Sudene.

A imprensa é tomada por notícias que chamam a atenção para a suposta comunicação da Sudene. A *Folha de S. Paulo* de 20 de julho de 1964 anunciava de forma sucinta: “Comunistas serão afastados”; o *Diário de Pernambuco* noticiava em 7 de maio de 1964: “Ideologia será apurada na Sudene”, e em 14 de maio do mesmo ano: “Comissão de inquérito foi nomeada para Sudene; vai apurar subversão”. Em matéria de 19 de maio o *Diário de Pernambuco* reproduziu parcialmente uma entrevista que o então governador do estado de Pernambuco, Paulo Guerra – imposto pelos militares e ex-vice do governador deposto Miguel Arraes –, concedeu ao *Correio da Manhã*. Nessa reportagem, o entrevistado revelou claramente qual a opinião do novo governo sobre parte dos técnicos da Sudene ao afirmar que o órgão fracassou completamente sob a gestão de Celso Furtado por estar “60% dominado pelo marxismo”.

No início do governo militar, outro grande problema enfrentado pela Sudene foi a escassez de recursos, situação que repercutiu mais fortemente na *Folha de S. Paulo* do que nos jornais pernambucanos. Em 19 de julho de 1964, a *Folha* publicou reportagem intitulada: “Sudene, dilema de uma época, pode morrer sem dinheiro”; exagero à parte, a autarquia estava, de fato, sofrendo com a contenção de verbas, em parte causada pela suspeita dos militares de sua dominação pelo marxismo. Em pouco tempo, no entanto, os investimentos baseados em renúncia fiscal ganhavam volume, apesar de

ficarem fortemente concentrados nas áreas metropolitanas, sobretudo as de Recife e Salvador. Além disso, foram celebrados acordos com a United States Agency for International Development – USAID, que garantiram a entrada de alguns recursos, como bem salientou a reportagem da *Folha de S. Paulo* de 3 de dezembro de 1964: “O conselho deliberativo da Sudene comprometeu-se a entregar aos estados do Nordeste 15 milhões de dólares, destinados à pavimentação de 403 quilômetros de estradas, através de crédito posto a sua disposição pela Usaid”; e o *Diário de Pernambuco* anunciava, em 15 de setembro de 1964: “Capital estrangeiro não tem mais razões para medo no Brasil”. Esse mesmo jornal, em 30 de setembro de 1964, chamou a atenção para o financiamento que o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID disponibilizaria para os pequenos agricultores através da Sudene. Ficou implícito nessas reportagens o apoio dos jornais ao governo militar, que, na opinião da imprensa, ao trazer estabilidade política, permitiu que o capital estrangeiro fluísse para o país sem receio, contribuindo para o desenvolvimento nacional.

A Sudene, no entanto, após o golpe militar de 1964, foi perdendo autonomia, e cada vez mais outras agências, programas e empresas públicas começaram a passar por cima de sua autoridade, limitando sua capacidade de articulação e comprometendo sua legitimidade perante os governos locais e a sociedade nordestina. Esses problemas, no entanto, não diminuiriam o entusiasmo da imprensa nem das lideranças econômicas. Foi nesse contexto que, em 1965, começou a aparecer na mídia o termo “novo Nordeste”. Em geral, a sociedade civil concordava que a Sudene seria capaz de promover o desenvolvimento nordestino, como era ostensivamente alardeado pela imprensa local e nacional.

O *Diário de Pernambuco* de 2 de julho de 1965 estampou no primeiro caderno: “III plano diretor é objetivo básico; criou-se a imagem de um novo Nordeste”. Essa “nova região”, segundo a reportagem, não era mais apenas a do combate à seca; seria, dali em diante, uma imensa área de desenvolvimento econômico e inclusão social. A *Folha de S. Paulo* de 3 de janeiro de 1965 afirmava: “III plano da Sudene dará novo impulso ao Nordeste [...] revelará novas prioridades, novos métodos de operação [...]”. É verdade que a reportagem dizia que “a Sudene ainda não alcançou todos os seus objetivos”, mas agora o tom era outro. Enquanto o órgão esteve sob a influência ideológica do governo anterior e da equipe de Celso Furtado, os seus problemas eram causados, segundo a *Folha* e quase toda a mídia escrita, por incompetência ou desvio ideológico; depois da faxina feita pelo governo “revolucionário”, a Sudene trabalhava apenas com visão de longo prazo. Essa visão, supostamente nova, seria um dos motores da transformação do Nordeste num novo centro de acumulação capitalista no Brasil.

Esse Nordeste, em rota de desenvolvimento econômico e social, surgiu no *Jornal do Commercio*, sem margens para dúvidas, na edição de 9 de dezembro

de 1969. O título da matéria é autoexplicativo: “Dez anos de Sudene ou O milagre do novo Nordeste”. Após o enunciado da matéria, o verso:

*Asa branca bateu asas
E voou para o sertão
Por falta d'água perdi meu gado
Morreu de sede meu alazão*

Confere dramaticidade ao texto, mas para o jornal bater asas e deixar o sertão seria, cada vez mais, coisa do passado. Nenhuma palavra à atuação decepcionante da Sudene na seca de 1967; para essa, como para muitas outras reportagens, a grande inovação da autarquia foram os incentivos fiscais, como veremos adiante.

Década de 1960: a preponderância dos incentivos fiscais e a imprensa

O I plano diretor da Sudene, aprovado em 1961, conferiu à autarquia 2% do orçamento da União e a administração de instrumentos necessários ao desenvolvimento regional, destacando-se, entre eles, a isenção fiscal que correspondia à dedução de 50% do imposto de renda devido de pessoas jurídicas de capital 100% nacional, como determinado pelo artigo 34 da Lei nº 3.995/61. O sistema entrou em operação em 1963 (II plano diretor) com algumas modificações, destacando-se entre elas a que beneficiava empresas estrangeiras como constava do artigo 18 da Lei nº 4.239/63. Desses dois artigos deriva o nome 34/18, posteriormente conhecido como sistema 34/18-Finor em decorrência da criação do Fundo de Investimento do Nordeste – Finor, em 1974. Segundo Carvalho (1979, p. 199):

Os instrumentos de ação com que a Sudene foi dotada ao ser instituída eram, para as circunstâncias do momento, razoavelmente fortes [...]. Os ligados ao domínio financeiro [...] sofreram limitações gradativas, à exceção, em parte, dos incentivos fiscais, que se transformaram num dos mais importantes instrumentos de promoção do desenvolvimento regional no Brasil, particularmente quando examinados em sua concepção original, de exclusiva aplicação em benefício do Nordeste.

Os incentivos fiscais, no entanto, sofreram várias outras modificações com o passar dos anos. A primeira foi sua extensão à Amazônia legal, ainda em 1963. Três anos mais tarde, foram estendidos para empreendimentos florestais e projetos de fomento ao turismo. No primeiro caso, não se drenaram muitos recursos do Nordeste, pelo menos até a criação da Superintendência

do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, em 1966; nos dois outros casos, no entanto, a concorrência pelos recursos foi intensa, pois os investimentos poderiam ser feitos em todo o território nacional. As atividades pesqueiras passaram a contar com incentivos fiscais em 1967. Dois anos depois foi a vez da indústria aeronáutica e do estado do Espírito Santo.

A criação do Programa de Integração Nacional – PIN (1970) e do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agropecuária do Norte-Nordeste – Proterra (1971) contribuiu para esvaziar a Sudene, pois o primeiro retirava 30% e o segundo 20% de todos os incentivos fiscais que “passaram a ser creditados anualmente como receita da União” (*idem*, p. 219).

A última grande modificação do sistema de incentivos fiscais para o Nordeste durante o governo militar foi a criação do Fundo de Investimento do Nordeste – Finor, em 1974, supervisionado pela Sudene e que tinha como objetivo melhorar a administração do sistema de incentivos fiscais.

Quando da sua fundação, a Sudene, em tese, deveria atuar de forma ampla no Nordeste, coordenando todos os órgãos federais, através de um orçamento predeterminado pelo governo federal. Isso não se tornou realidade; diversas instituições, como o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, apenas relatavam à Sudene quais obras pretendiam executar. Desse modo, tornou-se limitada a capacidade da autarquia de exercer um papel de coordenação da política de investimento e desenvolvimento. Sobraram os incentivos fiscais, que terminaram por ser a pedra de toque da atuação do órgão, verdadeiramente a razão de sua própria existência.

Exaltados pela mídia e pelos governos estaduais como o mecanismo perfeito para alavancar o desenvolvimento do Nordeste, qualquer risco à existência do sistema 34/18 proporcionava uma rara união dos governadores da região em torno da permanência desse tipo de investimento.

Sendo ou não verdadeiros os riscos aos incentivos, o que importava era manter a coesão regional, parte da imagem do novo Nordeste, como ficou claro em matéria de capa do *Jornal do Commercio* de 25 de novembro de 1967: “Nordeste e Norte salvam incentivos”. A reportagem salientava como as bancadas do Norte e do Nordeste impuseram várias emendas à aprovação, pelo Congresso Nacional, da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste – Sudeco, na tentativa de evitar que suas respectivas agências de fomento perdessem verbas. Com tal atitude, pareciam demonstrar que as bancadas do Norte e do Nordeste não estavam excluídas das decisões fundamentais relativas ao país e suas diversas regiões, como costumavam alardear.

O risco, no entanto, calculavam os governadores da região, não tinha desaparecido por completo, era preciso manter uma eterna vigilância sobre Brasília. Tanto que, em 21 de dezembro de 1967, o *Jornal do Commercio* assegurou que

seria entregue ao presidente Costa e Silva “[...] documento histórico no qual sugerirão a revogação do decreto-lei 55, na parte relativa à extensão dos incentivos fiscais do Norte-Nordeste para a indústria hoteleira em todo o país”, assinado pelos governadores da região. Essa vigilância perduraria enquanto o 34/18-Finor demonstrasse capacidade de rearticulação da economia regional – ou, pelo menos, parecesse demonstrar. A ideia de um novo Nordeste já tinha ficado no passado, logo quando os escândalos de desvios de verba e malversação de fundos públicos pipocaram na imprensa poucos se pronunciaram em favor dos incentivos ou mesmo da Sudene. Àquela altura, eleições diretas, sem o manto da ditadura, já estavam no horizonte dos políticos.

Enquanto a imprensa nordestina ajudava na campanha pela manutenção dos incentivos, a de São Paulo tratava de vendê-los aos empresários locais como um dos maiores negócios do século e a salvação do Nordeste. Para a *Folha de S. Paulo*, em reportagem de 16 de março de 1969, a região nordestina,

além de ser a mais extensa área (sic) de baixo nível de desenvolvimento do continente americano, com a renda *per capita* inferior a 100 dólares, o Nordeste ainda drenava recursos para o Centro-Sul através do setor privado que para lá se dirigia à procura de melhores aplicações para os investimentos reprodutivos.

Continuando, o jornal afirmava que “os incentivos fiscais foram criados no sentido de promover o desenvolvimento regional [...] constituindo um verdadeiro elenco de vantagens e estímulos à iniciativa privada que se instala no Nordeste”. Após tecer elogios ao poder dos incentivos de modificar a realidade da região e, finalmente, integrá-la ao processo de desenvolvimento nacional, o periódico argumentava que:

O notável crescimento da economia do Nordeste como um todo e do setor industrial em grande parte se deve à correta e adequada utilização dos incentivos fiscais e financeiros que carregaram para a região vultosos recursos do setor privado e de origem governamental, estimulando a produção de matérias-primas, contribuindo para o aumento da renda e do emprego da região e incrementando o setor serviços.

Para a *Folha de S. Paulo*, os investimentos via incentivos fiscais contribuíam de forma inequívoca para o progresso do Nordeste e de todo o Brasil e, além disso, ainda colaboravam para o surgimento de uma mentalidade empresarial na região.

Outra reportagem do mesmo jornal, em 29 de março de 1970, intitulada “A fórmula mágica dos incentivos fiscais”, alega que os incentivos tinham a grande vantagem de se apoiarem na iniciativa privada, limitando a estatização da economia; afinal, a renúncia fiscal nada mais seria que a transferência

de imposto “de particulares para particulares”. Para o jornal, o governo federal diminuiria a arrecadação do imposto de renda, que começava a ganhar importância, em prol de um bem maior – o desenvolvimento do Nordeste. Tal arrecadação, segundo a *Folha*, constituía-se numa “[...] quase receita extra do exercício governamental [...]”, que seria alocada de forma mais eficiente pela iniciativa privada. Para o jornal todos saíam ganhando; nenhuma palavra sobre o processo de concentração de renda implícito nessa política – quem fatura mais tem mais imposto a renunciar – nem sobre o tipo de investimento que estava se direcionando para a região e se ele estava em acordo com as necessidades do Nordeste. O tempo demonstraria que os incentivos foram, não raras vezes, mal alocados e geraram distorções importantes no interior da economia nordestina, favorecendo os investimentos intensivos em capital numa região onde o fator produtivo mais abundante era a mão de obra.

Até meados da década de 1970, a sociedade em geral aprovou e defendeu o sistema de incentivos fiscais, considerado um mecanismo eficaz para o desenvolvimento do setor industrial da região e para o surgimento de uma classe empresarial com mentalidade capitalista. No entanto, críticas e, sobretudo, denúncias de fraudes começaram a se avolumar na imprensa escrita; os incentivos, sobretudo o 34/18, passaram de salvadores do Nordeste a vilões, por terem sido aplicados em projetos inviáveis e permitirem um imenso volume de desvio de dinheiro público¹. Além disso:

Afirma-se ainda que o sistema não teria resolvido o problema das desigualdades inter-regionais e teria ampliado as desigualdades intrarregionais, uma vez que se havia concentrado em alguns polos. E, por fim, afirma-se que o mesmo teria sido falho por haver permitido que se fizesse um uso irregular de seus recursos. Tudo isso fez com que a imagem do sistema fosse desgastando-se perante a sociedade. [CARVALHO, 2006, p. 15]

Pontual nos primeiros anos da ditadura militar, e muitas vezes referindo-se a fatores e pessoas ligadas ao governo anterior, lentamente a imprensa foi abrindo espaço para criticar a Sudene. Dos quatro órgãos da imprensa escrita pesquisados, o primeiro a tecer críticas à Sudene foi a revista *Veja*.

Na edição nº 14, de 11 dezembro de 1968, a *Veja* publica uma vasta reportagem intitulada “O Nordeste cresce, muda pouco” argumentando que, apesar de a economia nordestina avançar 7% ao ano, a proporção entre indústria e agricultura se mantinha. Fato decepcionante, para a revista, pois acreditava-se que a industrialização seria capaz de transformar a realidade socioeconômica nordestina, reduzindo a desigualdade da região em relação ao restante do país. O texto, no entanto, também fazia elogios ao órgão, afirmando que se “[...] não fosse (sic) existir a Sudene, o Nordeste de hoje teria muito mais sombras em sua imagem” e que “ela provou que o Nordeste pode ser uma região industrial”.

1. Foram vários os projetos aprovados de fachada, com a intenção de sonegar, ou inviáveis, como, por exemplo, a fábrica de geladeiras Kelvinator, que faliu, capaz de produzir 70 mil unidades por ano, produção equivalente a toda a demanda anual do mercado nordestino.

A revista não deixou de se referir a um ponto sensível: por lei, uma das funções da Sudene seria a de coordenar as ações dos órgãos federais. No entanto, não era isso que ocorria: atores importantes como os ministérios da Saúde e da Educação, o Banco Nacional da Habitação – BNH e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, entre outros, não faziam mais do que informar à autarquia os investimentos que seriam realizados. Para a *Veja*, a Sudene superintendia pouco e mal.

A revista criticou também a centralização de boa parte dos investimentos na Grande Salvador e no Grande Recife, por reproduzir o eterno ciclo brasileiro de concentração espacial da economia e da renda. Reprovou também o baixo investimento na agricultura, fundamental para uma região onde a maior parte da população ainda vivia no campo.

Um ano depois, na edição de 17 de dezembro de 1969, a *Veja* publicava outra extensa reportagem de capa sobre a Sudene, afirmando o teor da matéria já no título: “Depois de dez anos, a hora das reformas”. O texto começava demonstrando como a Sudene criou um sentimento coletivo no Nordeste em prol do desenvolvimento, e que ela tinha sido

[...] uma visão nova, vigorosa e radical. Insistia numa solução global do drama nordestino, estabelecia alguns pontos fundamentais. Era imprescindível fazer a reforma agrária, liberar terras do açúcar para a plantação de alimentos e reduzir a tragédia que era o abastecimento das zonas urbanas nordestinas. Era absolutamente indispensável também formar uma indústria nordestina para ocupar o lugar vago deixado pelo setor açucareiro, que perdera a vitalidade.

A revista concluiu que, a despeito das ótimas diretrizes propostas no ato de sua fundação, a Sudene não estava cumprindo o seu papel devidamente. No entanto, a reportagem colocou algo de novo nesse debate: “As misérias do Nordeste têm outros responsáveis mais diretos”, e começou a tecer inúmeras críticas, mesmo que veladas, à atuação do governo federal em relação à questão agrária da região. A esse respeito, a matéria assegurou que desde a fundação da Sudene a reforma agrária, que seria fundamental para criar mercado interno no Nordeste, não saía do papel. Aliás, chama atenção para o fato de que vários órgãos criados nos dez anos anteriores não conseguiram, da mesma forma, dar um encaminhamento para a questão. A reportagem, diga-se de passagem, não é ingênua, reconheceu o grande poder que os latifundiários locais exerciam e a barreira que isso representava para uma melhor distribuição de terras, mas também culpou o governo federal por compactuar tão estreitamente com tal grupo. Malogrou, no entanto, ao defender vários dos governadores impostos pelos militares por considerá-los sem vínculo com a grande propriedade. Hoje, parece incoerente afirmar, referindo-se a Sarney, então

governador do Maranhão, que “a chefia política é exercida por um homem que não tem vinculações diretas com os maiores proprietários rurais” e seguir tecendo elogios ao ex-governador.

Dessa forma a reportagem inovou, para os padrões da ditadura, ao denunciar as elites locais, e até o governo federal, como os principais responsáveis pelo fracasso da Sudene. Chamou atenção para o fato de que, quando desvencilhada dos interesses das oligarquias locais, a Sudene atuava relativamente bem, como era evidente no caso do desenvolvimento industrial que estava acontecendo a olhos vistos no Nordeste, graças, em grande parte, ao mecanismo dos incentivos fiscais, largamente utilizados. No entanto, segundo a *Veja*, o vigoroso crescimento industrial pelo qual passava a região não estava se traduzindo em melhoras significativas do padrão de vida da população local por contemplar uma pequena parte da população nordestina e se concentrar nas zonas urbanas. Era preciso mais: “Sem a reforma do campo, mesmo obras de infra-estrutura (sic) que tinham um significado mais social que apenas industrial ficaram prejudicadas”; havia chegado a hora das reformas. A principal, para a revista, seria dar poder político à Sudene, permitindo a implementação das reformas agrária, creditícia etc. Ou seja, a Sudene seria mais vítima do poder político local do que de sua própria estrutura interna. As reformas, como sabemos, jamais vieram.

Década de 1970: decadência da Sudene e a repercussão na imprensa escrita

A aura de salvadora do Nordeste foi se esvaindo da Sudene enquanto corria a década de 1970, e não sem razão. Seus projetos não apresentavam os resultados previstos, o sistema de incentivos fiscais transformava-se num mar de lama com inúmeras denúncias de desvio de verbas e corrupção generalizada. No entanto, nada pesou mais que a desastrosa atuação do órgão na seca de 1970: simplesmente a Sudene não quis acreditar na amplitude da estiagem – a despeito das súplicas dos governadores nordestinos e das provas encaminhadas ao órgão –, e, quando agiu, a seca já tinha alcançado proporções desastrosas. O interessante é que desde 1968 a Sudene tinha um amplo plano de emergência contra as consequências desse fenômeno natural, e não apenas tardou em encarar o problema como, quando o enfrentou, fez da forma tradicional: frentes de trabalho em projetos inoperantes ou que beneficiavam os latifundiários locais, ou seja, contradizia seu próprio discurso de modernidade, religando a todo vapor as engrenagens da indústria da seca.

A *Folha de S. Paulo*, em 12 abril de 1970, chamou atenção para a falta de ação da Sudene:

Todos os prefeitos das cidades mais atingidas pela seca estão apelando para que a Sudene reconheça o estado de emergência e inicie a execução do seu plano de combate aos efeitos da seca empregando a mão-de-obra (sic) ociosa na construção de estradas municipais e canais de irrigação ao longo dos açudes públicos.

Segundo a revista *Veja* de 27 de maio de 1970, os governadores levavam “[...] as provas mais concretas de sêcas (sic) em seus estados [...] a Sudene aguardava o momento certo de ajudá-los nas medidas de emergência”. A demora de agir, de certo modo, confirmava as críticas, cada vez mais frequentes, à ineficiência da autarquia e a sua ideologia industrializante para a região. No dia seguinte a essa reportagem, o governo federal aprovou o envio de ajuda aos municípios castigados pela estiagem, o que na verdade se constituiu numa dura derrota para a Sudene. A autarquia ficou responsável apenas pela coordenação da ajuda, como se o governo estivesse punindo sua inação e falta de sensibilidade política.

Alcântara, no *Diário de Pernambuco* de 5 de junho de 1970, afirmava com todas as letras que a Sudene não estava preparada para enfrentar a estiagem por culpa de Celso Furtado, que havia minimizado a seca por considerar o subdesenvolvimento econômico como o verdadeiro problema do Nordeste. A Sudene dos militares ainda não era passível de críticas. Toda a sua ineficiência não passava de resquíio da presidência de João Goulart.

Dois dias depois, o *Diário de Pernambuco* ainda acreditava nas promessas do governo de transformação do Nordeste: “Médici: Nordeste vai começar a mudar”, reproduzindo parte do discurso que o então ditador fizera em Recife no dia anterior, sem explicitar, no entanto, como seria o novo plano para o desenvolvimento da região.

Quando a Sudene finalmente resolveu atuar contra a seca, agiu exatamente como o DNOCS fazia há décadas: criou inúmeras frentes de trabalho que, convenientemente, favoreceram, mais uma vez, os poderosos locais. O *Diário de Pernambuco* de 5 de julho de 1970, talvez sem perceber, demonstrou com precisão que tudo continuava como sempre: “A absorção de mão-de-obra (sic) está sendo efetuada com a construção de 6 estradas, 20 açudes, 7 aguadas e um projeto de irrigação”. Por sua vez, o *Jornal do Commercio* de 2 de agosto de 1970 anuncia que a “Sudene abriu mais seis frentes para atender 9 mil flagelados”, que trabalhariam, prioritariamente, em obras de irrigação para combater os efeitos da próxima estiagem. Tudo, assim, permanecia como dantes no quartel de Abrantes.

A mídia local consagrou essa atuação conservadora da Sudene. O *Diário de Pernambuco* de 3 de janeiro de 1971 considerou que “1970 foi ano teste para a ação da Sudene”, por ter articulado o atendimento aos necessitados da seca e ainda ter aprovado investimentos privados recordes para a região. O novo Nordeste supostamente seguia sua trilha de desenvolvimento, com a paz social que sua população almejava há tanto tempo.

Passada a estiagem, vozes na imprensa começaram a afirmar que a salvação do Nordeste estava na lavoura. Isso fica evidente em editorial da *Folha de S. Paulo* de 31 de março de 1971, onde se lê:

A industrialização do Nordeste, favorecida pela Sudene, abriu apenas 150 mil empregos na região. Na década de 70 a indústria não poderá operar o milagre de dar trabalho a tanta gente. [...] Só há, pois, um caminho para o Nordeste: o de ativar, de qualquer jeito, as atividades agrícolas.

O jornal segue afirmando que um grande plano de irrigação do semiárido estava a caminho e seria essencial para o desenvolvimento da região. Ressalte-se, aliás, que o mesmo nunca saiu do papel. Além disso, o periódico assegurava que a abertura da Transamazônica (parte do Programa de Integração Nacional–PIN) proporcionaria milhares de hectares de terras férteis para uma imensa quantidade de sertanejos, aliviando a pressão populacional da região. Apesar de tecer críticas à Sudene, a *Folha de S. Paulo* enaltecia a política de modernização conservadora levada adiante pelo governo brasileiro, considerando-a “o maior programa de colonização e ocupação de território que o mundo já viu”.

As reportagens dos jornais pernambucanos seguiram a mesma linha, como demonstra o *Jornal do Commercio* de 20 de agosto de 1970: “Transamazônica é eldorado para nordestinos humildes”; vale salientar que transferir populações do sertão para o Maranhão era uma das propostas do GTDN. A Transamazônica permitiria o remanejamento de sertanejos nordestinos para o Norte, em escala muito maior, possibilitando a abertura de uma nova e imensa fronteira à acumulação de capital.

Esse mesmo jornal noticiava, em 26 agosto de 1970: “Dezenas de famílias de camponeses cearenses continuam a deixar o interior do estado, rumo ao extremo-Norte (sic) e para alguns estados do Sul do país, à procura de trabalho [...]”. O periódico prosseguia afirmando que o problema era a seca, mas que o plano de construção da Transamazônica e seus propósitos pareciam estar cumprindo seus objetivos, já que “[...] o maior interesse dos sertanejos cearenses é pelo deslocamento para o extremo Norte, onde pretendem se radicar para trabalharem nas obras da rodovia Transamazônica”. O jornal, no entanto, não chamou atenção para o contingente populacional do sertão nordestino que se dirigia para o Maranhão e a região amazônica antes mesmo de a nova rodovia que “[...] deverá redimir a Amazônia” começar a ser construída. Retirantes acampavam em cidades localizadas nas proximidades de onde deveriam começar as obras da Transamazônica, em situação precária e sem nenhuma assistência por parte do governo. Melhor, talvez, seria ter ficado nas frentes de trabalho da Sudene. Apesar do otimismo da mídia em relação ao papel que a extensão das fronteiras brasileiras poderia representar para os

nordestinos, em nenhum momento a Transamazônica foi capaz de minorar os problemas sociais do sertão. De fato, a região amazônica tornou-se uma imensa área de grilagem, proporcionando a criação de grandes latifúndios, gerando poucos empregos e muito trabalho análogo à escravidão.

A atuação desastrosa da autarquia na seca de 1970 concorreu para modificar a opinião de parte da população em relação ao órgão. Reportagens que apenas enalteciam a Sudene sem nunca apontar suas falhas foram escasseando e sendo substituídas, paulatinamente, por textos informativos que não faziam mais do que enumerar projetos, anunciar o montante financeiro e quando seria liberado. O *Jornal do Commercio* de 2 de abril de 1974 informa: “Projetos econômicos do Nordeste já somam 973 milhões em três meses”; e o *Diário de Pernambuco*, em 26 de setembro de 1973: “Liberações do Finor duplicam em setembro”. Críticas mais incisivas por parte da imprensa pernambucana somente se iniciam a partir de 1975.

O tom das reportagens começou a se modificar, tanto que, em 4 de setembro de 1975, o *Diário de Pernambuco* evidenciava que a realidade cearense, e nordestina, não mudara muito: “Empobrecimento do Ceará já preocupa” era o título da matéria. Na passagem mais notável da reportagem, o jornal alegava que os empresários locais estavam preocupados pelo “[...] fato de que, até agora, o Ceará não encontrou a opção econômica para seu desenvolvimento, ao contrário do que ocorreu nos demais estados nordestinos [...]”. E continuava: “Existe, mesmo, um temor entre os empresários de que dentro de pouco tempo o Ceará será um estado economicamente inviável, tantos são os problemas já identificados”. Saliente-se que esse estado era um dos mais beneficiados pelo 34/18 Finor e outros programas da Sudene, sem falar na constante emigração da sua população para outras regiões do país, que aliviava a pressão sobre a economia e as finanças públicas locais. Sem dúvida, essa reportagem, implicitamente, proclamava o fracasso da Sudene e de qualquer programa do governo federal para impor um desenvolvimento consistente ao Nordeste.

A *Folha de S. Paulo*, que já vinha fazendo críticas à atuação da Sudene desde o início da década de 1970, num pequeno parágrafo publicado no editorial em 19 de dezembro de 1975, expressou de forma categórica sua “nova” opinião sobre a autarquia: “[...] Após constituir uma das melhores equipes técnicas do país e financiar empresas privadas no Nordeste, acabou perdendo para elas seu valioso material humano. Hoje, a Sudene não é mais que um elefante branco”. As críticas não pararam por aí. Àquela altura, até o senador da Arena por Alagoas, Teotônio Vilela, afirmou à *Folha* em 28 de dezembro de 1975: “A Sudene está superada como órgão de desenvolvimento regional, e somente ela não tem ainda consciência dessa realidade”. Continuando: “A agência desenvolvimentista vem sofrendo um processo de implosão. Isto é, está se diluindo sem causar repercussão ou afetação de qualquer ordem em suas proximidades”. Essas palavras do senador exprimiam um descontentamento cada vez mais presente no Nordeste

para com a Sudene, sem deixar dúvidas quanto à falta de importância do órgão naquele momento. Sem dúvida a Sudene estava sendo atacada em quase todos os flancos, talvez menos pelos jornais pernambucanos, porém estava claro, para a maioria dos formadores de opinião, que o órgão teria que passar por transformações profundas se desejasse permanecer como mola propulsora do desenvolvimento local, se é que o fora em algum momento, algo que também estava sendo questionado em várias instâncias do pensamento nacional.

A *Folha de S. Paulo* amplia as críticas com o passar do tempo; sintomática é a opinião expressa por Cabral sobre o desempenho da economia nordestina no texto “O pânico e o ceticismo no Nordeste”, publicado em 24 de dezembro de 1977, onde ele afirmava:

A análise sobre o desempenho da economia nordestina nos dezoito anos da Sudene é um desfile de contrastes, incompetência oficial, malversação dos dinheiros públicos por empresários viciados e ampliação do grau de pobreza de pelo menos 30 milhões dos 33 milhões de habitantes da região. Porque 3 milhões acham-se entre aqueles 15 milhões de brasileiros de uma faixa populacional ascendente e possivelmente consumidora.

A *Veja*, por sua vez, na matéria “A melancólica maioridade”, publicada em 21 de dezembro de 1977, teceu críticas contundentes à atuação e ao esvaziamento da Sudene promovido pelo governo federal: “[...]. Há tempos as autoridades, incluindo os próprios governadores dos estados nordestinos, não abrilhantam as reuniões do conselho da Sudene”, o que refletia o esvaziamento do órgão, e continuou: “Da Sudene idealizada e criada, em 1959, por Celso Furtado, seu superintendente entre 1960 e 1964, restam apenas os problemas nordestinos”. Na opinião da revista, o suposto fracasso da autarquia resultou de vários fatores. O primeiro seria a falta de prioridade dada à questão Nordeste pelo governo federal, sobretudo após 1968, quando a Sudene começou a ter que dividir os incentivos fiscais com outros órgãos e programas que não necessariamente atuavam no Nordeste. O segundo motivo seria a perda, ou a falta, de poder político da Sudene; a revista, no entanto, não entrou no cerne da questão: quem teria falta de influência política seria a própria Região Nordeste, tornando impossível a defesa do órgão de desenvolvimento regional. O terceiro fator seria a péssima distribuição dos poucos recursos à sua disposição:

“[...] As 116 maiores empresas receberam 13,8 bilhões de cruzeiros dos incentivos, enquanto as 628 menores ficaram com 7,4 bilhões. Porém, as 116 maiores só criaram 81.350 empregos diretos, ao mesmo tempo em que as 628 menores respondem por 128.700 empregos”.

O texto afirmava, ainda, que o custo da criação de empregos é mais de quatro vezes maior nas grandes empresas. Ora, a opção do governo pela

“modernização conservadora” levaria, inevitavelmente, à priorização do grande capital, forma de desenvolvimento maximizada pela ditadura em todo o território nacional, e não apenas uma particularidade da Região Nordeste. O quarto motivo estava relacionado com a corrupção e o desvio de verbas. O capital liberado pela Sudene nem sempre era aplicado nos projetos para os quais havia sido destinado ou simplesmente a quantia autorizada era embolsada pelos empresários. Extremamente deficiente, a fiscalização da Sudene só conseguia detectar uma parcela mínima desses casos, e a suspeita de corrupção entre funcionários do órgão era cada vez mais pública. Em síntese, a Sudene supostamente amplificara os problemas normais do setor público brasileiro – quem sabe por atuar no Nordeste, diriam seus maiores detratores, sem se preocupar em esconder uma ponta de preconceito para com a região –, e, portanto, tinha perdido sua capacidade de fomentar o desenvolvimento regional, tornando-se um elefante branco custoso ao contribuinte que deveria passar por uma profunda reestruturação ou ser desativada, dada a suposta inutilidade de sua existência.

Conclusão

Os jornais e a revista analisados indicam que a imprensa brasileira exerceu um papel fundamental na aprovação pela população da atuação da Sudene durante os primeiros anos do regime militar. Defesa que encontra todo o seu sentido no fato de a autarquia parecer encarnar, no imaginário da nação, a salvação do Nordeste e a esperança de uma drástica diminuição das diferenças econômicas e sociais que separavam as regiões brasileiras, e não apenas o Nordeste. Para a imprensa em geral, a Sudene, livrando-se da herança de Celso Furtado, estaria capacitada a gerar desenvolvimento para a região, integrando-a ao capitalismo industrial. No caso da imprensa do Sudeste, a defesa da instituição também se constituiu numa defesa dos incentivos fiscais, que tanto beneficiaram o capitalismo paulista, defendido pela *Folha de S. Paulo* e pela revista *Veja* como um dos motores do progresso brasileiro e caminho para a modernidade, em contraponto ao atraso econômico e à mentalidade dos nordestinos. Era esse capitalismo representante do “novo” que redimiria o Nordeste. No fim do ciclo militar, constatou-se que o país continuava repleto de contrastes e miséria, particularmente na região nordestina. Não se pode esquecer, entretanto, que no início grande parte da imprensa brasileira apoiou o Golpe de Estado que instaurou a ditadura militar, contribuindo para que a ideia de Brasil grande, Brasil potência, novo Nordeste, entre outras alcunhas, ganhasse força e até respeito.

A imprensa nordestina especificamente, representada neste artigo pelo *Jornal do Commercio* e pelo *Diário de Pernambuco*, não poupou elogios à Sudene, e de forma bem mais eloquente do que a imprensa do Sudeste. Na verdade, os

jornais locais parecem ter apoiado mais incisivamente o regime militar, e com toda a certeza por muito mais tempo. No entanto, se a imprensa foi fundamental para a divulgação de modo positivo dos projetos e ações implementados pelo regime militar, é preciso ressaltar que os meios de comunicação de massa, sobretudo a partir do governo Médici, sofreram uma pesada censura. Poucos foram os que ousaram alguma forma de resistência.

A imprensa teve, também, grande importância no posterior colapso da imagem da Sudene perante a opinião pública, nos anos 1970, ao denunciar a corrupção e a ineficácia da autarquia para mudar a realidade nordestina.

A partir da década de 1970, o tom das reportagens enaltecidas dos projetos e ações implementados pela Sudene começou a se modificar. As críticas, a princípio tímidas, começaram a aparecer, inicialmente com mais frequência nos jornais do Sudeste, enquanto os dois jornais recifenses analisados faziam ouvidos de mercador para as constantes acusações de desvio de verbas e projetos mal elaborados, ou contentavam-se em apenas transmitir informações acríicas sobre a atuação da autarquia. Criticar a Sudene, nos primeiros anos da década de 1970, significava também criticar o governo militar, e os dois jornais locais ora analisados só começaram a fazer isso mais incisivamente após o AI-5. A submissão da *Folha de S. Paulo* e da *Veja* aos militares rompeu-se mais cedo – o arrefecimento da censura, à medida que o modelo econômico dava sinais de esgotamento, permitiu reações mais rápidas ao governo, na tentativa de desvincular-se da ditadura, já com pouca credibilidade, que haviam apoiado tão enfaticamente. Os programas implementados pela Sudene, apesar de terem estimulado o crescimento industrial da região, não resultaram numa melhora significativa da qualidade de vida da população do Nordeste. A política de desenvolvimento regional não tinha surtido o efeito esperado, o que inevitavelmente se refletiu na Sudene, instituição criada para promover o desenvolvimento nordestino. Para a imprensa, o mar de lama em que se afogava a instituição provavelmente se constituía num perfeito telhado de vidro, capaz de ajudar a limpar sua imagem perante a opinião pública, de tal forma que muitos a reconheceram como defensora das liberdades democráticas.

§

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE JR., D. M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- ALCÂNTARA, M. A. “Sudene não estava preparada para enfrentar a seca”. *Diário de Pernambuco*, Recife, 5 jun. 1970.
- CABRAL, R. “O pânico e o ceticismo no Nordeste”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 dez. 1977. Disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados?q=sudene&site=&periodo=acervo&x=13&y=11>. Acesso em 21 fev. 2012.
- CARVALHO, F. F. “A extinção da Sudene: um marco das transformações na política de desenvolvimento regional no Brasil”. Tese de Doutorado. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2006.
- CARVALHO, O. *Desenvolvimento regional: um problema político: confronto de duas experiências: Cassa per il Mezzogiorno e Sudene*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. “BID financiará pequenos agricultores do Nordeste através da Sudene: acordo”. Recife, 30 set. 1964.
- _____. “Capital estrangeiro não tem mais razões para medo no Brasil”. Recife, 15 set. 1964.
- _____. “Comissão de inquérito foi nomeada para Sudene: vai apurar subversão”. Recife, 14 maio 1964.
- _____. “Empobrecimento do Ceará já preocupa”. Recife, 4 set. 1975.
- _____. “Ideologia será apurada na Sudene”. Recife, 7 maio 1964.
- _____. “Liberações do Finor duplicam em setembro”. Recife, 26 set. 1973.
- _____. “Médici: Nordeste vai começar a mudar”. Recife, 7 jun. 1970.
- _____. “1970 foi ano teste para a ação da Sudene”. Recife, 3 jan. 1971.
- _____. “Nordeste já tem 93 frentes de trabalho”. Recife, 5 jul. 1970.
- _____. “Paulo Guerra: Sudene fracassou na gestão do sr. Celso Furtado”. Recife, 19 maio 1964.
- _____. “III plano diretor é objetivo básico; criou-se a imagem de um novo Nordeste”. Recife, 2 jul. 1965.
- DINIZ, C. C. “Celso Furtado e o desenvolvimento regional”. *Nova economia*, vol. 19, nº 2. Belo Horizonte, maio-ago. 2009, pp. 227-49.
- FOLHA DE S. PAULO. “A fórmula mágica dos incentivos fiscais”. São Paulo, 29 mar. 1970. Disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados?q=sudene&site=&periodo=acervo&x=13&y=11>. Acesso em 17 fev. 2012.
- _____. “A Sudene está superada e não sabe, diz Vilela”. São Paulo, 28 dez. 1975. Disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados?q=sudene&site=&periodo=acervo&x=13&y=11>. Acesso em 20 fev. 2012.
- _____. “Brasil em dobro”. São Paulo, 31 mar. 1971. Disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados?q=sudene&site=&periodo=acervo&x=13&y=11>. Acesso em 17 fev. 2012.
- _____. “Comunistas serão afastados”. São Paulo, 20 jul. 1964. Disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados?q=sudene&site=&periodo=acervo&x=13&y=11>. Acesso em 13 dez. 2011.
- _____. “Flagelados invadem cidades do Nordeste em busca de alimentos; de novo a seca”. São Paulo, 12 abr. 1970. Disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados?q=sudene&site=&periodo=acervo&x=13&y=11>. Acesso em 17 fev. 2012.
- _____. “Imposto de renda, amigo do Nordeste”. São Paulo, 16 out. 1969. Disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados?q=sudene&site=&periodo=acervo&x=13&y=11>. Acesso em 16 dez. 2012.
- _____. “Para evitar um novo Nordeste”. São Paulo, 19 dez. 1975. Disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados?q=sudene&site=&periodo=acervo&x=13&y=11>. Acesso em 22 fev. 2012.
- _____. “Sudene, dilema de uma época, pode morrer sem dinheiro”. São Paulo, 19 jul. 1964. Disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados?q=sudene&site=&periodo=acervo&x=13&y=11>. Acesso em 15 dez. 2011.
- _____. “III plano da Sudene dará novo impulso ao Nordeste”. São Paulo, 3 jan. 1965. Disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados?q=sudene&site=&periodo=acervo&x=13&y=11>. Acesso em 15 dez. 2011.
- _____. “US\$ 15 milhões da Sudene para estradas no Nordeste”. São Paulo, 3 dez. 1964. Disponível em <http://acervo.folha.com.br/resultados?q=sudene&site=&periodo=acervo&x=13&y=11>. Acesso em 15 dez. 2011.
- JORNAL DO COMMERCCIO. “Cearenses continuam fugindo para o Sul”. Recife, 26 ago. 1970.
- _____. “Dez anos de Sudene ou O milagre do novo Nordeste”. Recife, 9 dez. 1969.
- _____. “Nordeste e Norte salvam incentivos”. Recife, 25 nov. 1967.
- _____. “Nordeste todo quer que presidente salve 34/18”. Recife, 21 dez. 1967.
- _____. “Projetos econômicos do Nordeste já somam 973 milhões em três meses”. Recife, 2 abr. 1974.
- _____. “Sudene abriu mais seis frentes para atender 9 mil flagelados”. Recife, 2 ago. 1970.
- _____. “Transamazônica é eldorado para nordestinos humildes”. Recife, 20 ago. 1970.
- LYRA, F. *Flavio Lyra fala de seu livro. Eu e meus tempos. Nós fora dos eixos*. Disponível em <http://www.nosrevista.com.br/2007/08/22/flavio-lyra-fala-de-seu-livro-eu-e-meus-tempos/>. Acesso em 4 abr. 2012.
- VEJA. “A melancólica maioridade”. São Paulo, 27 dez. 1977, ed. 485, pp. 84-87. Disponível em <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em 20 fev. 2012.
- _____. “Depois de dez anos, a hora das reformas”. São Paulo, 17 dez. 1969, ed. 67, pp. 28-46. Disponível em <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em 20 fev. 2012.
- _____. “O Nordeste cresce, muda pouco”. São Paulo, 11 dez. 1969, ed. 14, pp. 22-25. Disponível em <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em 20 fev. 2012.
- _____. “O Proterra nasceu. E a Sudene?”. São Paulo, 14 jul. 1971, ed. 149, pp. 71-72. Disponível em <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em 20 fev. 2012.
- _____. “Sob pressão”. São Paulo, 15 nov. 1978, ed. 532, pp. 116-19. Disponível em <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em 20 fev. 2012.
- _____. “Sudene em guerra”. São Paulo, 27 maio 1970, ed. 90, p. 32. Disponível em <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>. Acesso em 20 fev. 2012.

Recebido em 10/10/2012
e aceito em 3/3/2013